

“VIVENDO DE TEIMOSO”: DRIBLANDO A VULNERABILIDADE  
SOCIAL NA FAVELA DA ROCINHA (1940 – 1980)

Prof. Dr. Silvio de Almeida Carvalho Filho (UERJ/UFRJ)

Nesta comunicação, analisamos aspectos da situação de vulnerabilidade social dos moradores da favela da Rocinha, na cidade do Rio de Janeiro, assim como da constituição de redes de solidariedade, importantes anteparos ante as ameaças de desvinculação social, durante o período que vai desde meados da década de 1940 até a década de 1980.

Considerando os vínculos com o mundo do trabalho e com as redes de solidariedade familiar, comunitárias ou estatais como essenciais para a integração social das pessoas, entendemos aqui vulnerabilidade social como a situação, na qual os indivíduos se encontram, quando um destes tipos de vínculos é rompido ou é precarizado. Sabemos que, além do duplo âmbito apontado, outros fatores contribuem para a integração: o acesso ao exercício da cidadania, aos serviços de saúde, o direito à segurança, as valorizações positivadas das identidades sociais. A desvinculação social ocorre para aqueles que, perdendo grande parte desses vínculos, em especial, os relativos ao mundo do trabalho ou as redes de solidariedade, não conseguem suportes que lhes permitam o exercício das benesses de uma vida social considerada honrada. Nesta situação, as pessoas perdem um lugar humanamente digno em sua sociedade, exercendo atividades peculiares aos párias sociais, semelhante às nossas “populações de rua”.<sup>1</sup>

O decênio de 1940 foi escolhido como marco inicial de nossa abordagem, pois, nesta época, o processo de industrialização por substituição de importações ao dinamizar as economias urbanas estimulou significativamente o fluxo migratório para as favelas cariocas, assim como a expansão de construções para as camadas média e alta na zona sul da cidade do Rio de Janeiro impulsionou o crescimento das favelas nesta região, notadamente a da Rocinha. Os anos 80 do século passado foram eleitos como marcos finais pelo abandono por parte do Estado da opção em solucionar a questão das favelas através de remoções.

A Rocinha, atualmente a maior favela da América Latina, originada em fins da década de 1920, já era de grande extensão em meados da década de 1970. Então, as notícias nos jornais, revelando a preocupação com tão grande número de habitações miseráveis, classificaram esta localidade como uma “uma cidade marginal”, “dentro da zona sul”, “debruçada sobre o mar”.<sup>2</sup> Em outras palavras, era um estorvo situar esta área carente em sítio tão valorizado pelo capital imobiliário, indisponibilizando a área para a utilização da elite carioca.

Para a maioria dessa população marginalizada, ser favelado na Rocinha era portar uma identidade recentemente incorporada ou, quando muito, não suplantada de duas gerações. Já na década de 1950, essa favela apresentava-se um gueto nordestino. Contudo, muitos dos seus moradores originaram-se de regiões fora do Nordeste, inclusive vindos do interior do próprio Estado do Rio de Janeiro. Grande parte possuía uma origem campesina: eram ex-trabalhadores rurais, filhos de agricultores, na maioria das vezes não-proprietários, que precisavam colaborar com a formação da renda familiar desde tenra infância.

Vários migrantes, antes de chegarem à Rocinha, moraram na Baixada Fluminense ou no subúrbio carioca. Residir nestes locais era habitar muito longe do trabalho na zona sul, vindos em trem superlotado, já que não podiam suportar o preço de outro tipo de transporte. Alguns dormiam até no trabalho para economizar tempo, dinheiro e não sofrer o grande desconforto do trajeto. Desse modo, a Rocinha foi a solução para esses trabalhadores: ser favelado significava possuir um status melhor e mais feliz do que quando não o eram.

Para muitos chegar ao espaço discriminado da favela constituía-se num refrigério, pois se não adentraram no paraíso, pelo menos, estavam num purgatório ante ao inferno que experimentaram. A lavadeira Severina da Silva Nascimento, antes de morar na Rocinha, já sofrera “tanto neste Rio de Janeiro”, vivendo humilhada e explorada na casa dos outros, que pensara em matar a si e a seus filhos, ateando fogo às vestes embebidas em querosene.<sup>3</sup>

O trabalho, mesmo que precário, constituía um dos suportes basilares para evitar um estado de exclusão social, constituiu um dos vértices sustentadores da integração na estrutura social. Na medida em que possuíam constantemente grande instabilidade no trabalho, a sua vulnerabilidade aumentava, pois, ante a qualquer desemprego, poderiam sofrer um intenso processo de desvinculação social, caso não possuíssem o suporte da rede de proteção familiar.

O trabalho freqüentemente manual, desqualificado, temporário, mal remunerado, exigindo nenhuma ou baixa escolaridade, constituía um atributo constante da identidade favelada. Os homens comumente eram peões da construção civil, vigias, motoristas, biscateiros, balconistas, carregadores, carpinteiros, sapateiros, mensageiros, birosqueiros, vendedores ambulantes, datilógrafos, barbeiros; as mulheres, lavadeiras, empregadas domésticas, cozinheiras, copeiras, entre outros. Esses “paus para toda obra” forneceram trabalho barato para a zona sul em expansão.

Muitas mulheres na Rocinha desejaram se dedicar integralmente à criação de seus filhos, mas isso, constituiu um sonho passageiro, pois era necessário complementar a renda familiar. Muitas delas conseguiram optar por trabalhos no seu domicílio que permitiam tomar conta da prole e ao mesmo tempo perceber alguma renda. Dona Alda, por exemplo, na década de 1940, após trabalhar como cozinheira em casa de outrem, ao mudar-se para Rocinha, como muitas mulheres da favela, decidiu fazer o serviço de lavadeira para “casa de madame”, utilizando o riacho que, então, na Rocinha, ainda corria limpo. Seu trabalho caseiro ainda não contava com os aparelhos eletrodomésticos que só se espalharam na cidade a partir da década de 1950, atingindo primeiramente os estratos ricos e médios da população. Neste período, o seu instrumento de trabalho era o pesado ferro de passar roupa ainda a carvão. Cobrava por peça lavada e passada, cujo controle da entrega e da devolução eram realizados em caderninhos conferidos pelas “madames”. Cozinhou, então, à lenha no fogão de pedra. Nas décadas seguintes, passou gradativamente para o fogão a querosene e depois a gás de cozinha, cujo botijão tinha inicialmente de encomendar fora da favela para se entregar três dias depois. Portanto, a dupla ou tripla jornada de trabalho era quase inerente à vida da favelada, muito tempo antes da mulher de classe média sofrer a mesma carga. Todavia, essa possibilidade de trabalhar em casa não ocorreu a todas: muitas tiveram de trabalhar fora. Com esses serviços, várias mulheres da favela, às vezes, conseguiam, como Alda, juntar pequena poupança, útil nas dificuldades da família.<sup>4</sup>

As condições de pobreza dos moradores da Rocinha constituíram um fator essencial de vulnerabilidade social, mesmo que ainda não causassem a sua desvinculação social, já que freqüentemente não se rompia totalmente o seu pertencimento comunitário. A vulnerabilidade social, marcada pela incerteza sobre o futuro, podia ser sentida quando uma situação de infortúnio acometia esses pequenos assalariados. Essa desventura podia derivar de um desemprego prolongado, de uma doença ou da velhice e, caso não possuíssem algum sustentáculo solidário, caíam na miséria total.

Como as identidades estão freqüentemente associadas a objetos e a lugares sociais, o tipo e o local de habitação é a qualidade primeira que caracterizava o favelado: a morada não só precária, mas também ilegal. O trabalhador manual que mal consegue recursos suficientes para reproduzir, através da alimentação, a sua força de trabalho, encontra enormes dificuldades para lograr um lugar para construir a sua própria casa, restando a eles apenas o morro. Muitos, antes mesmo de viverem na favela, residiram em condições tão ou mais precárias, por isso, sentiam-se resistentes e, de certo modo, parcialmente vencedores, pois ainda moravam lá.

O morador do morro, antes de tudo, foi considerado pelo poder político, muitas vezes, um invasor. Desde as suas origens, na década de 1920, o favelado da Rocinha, antes mesmo da intensificação da política de remoções na década de 1960, temia as constantes ameaças das remoções individuais ou coletivas realizadas pelas autoridades municipais e estaduais em nome da legalidade, da saúde, da segurança ou da moralidade pública. Inicialmente, os guardas, que possuía a missão de “impedir a construção de barracos no local”, sempre estavam a arrancar os paus sustentadores dos barracos. Todavia, alguns “faziam ‘vista grossa’, mediante recompensa em dinheiro”.<sup>5</sup> Portanto, a

população instalada na localidade, fê-lo, desde o início, em grande parte, à margem da lei e por tolerância daqueles que não deveriam legalmente consentir esta invasão de propriedade.

Mas os pobres elaboraram suas táticas para burlar a repressão contra a construção de seus barracos. “Na época de Getúlio”, ou seja, nesta extensa temporalidade do depoimento oral, o qual cremos se referir, provavelmente, ao período do segundo Governo Vargas, entre 1951-1954, alguns favelados asseguravam haver um decreto da Presidência que vedara a derrubada de barraco em que habitasse uma família dentro. Os novos favelados apressadamente erguiam suas toscas habitações, primordialmente à noite, e imediatamente colocavam dentro uma família, mesmo que emprestada, garantindo assim a sua não derrubada pela polícia. Caso contrário, chegava caminhão cheio de guardas, armados de pé-de-cabra, marretas e machados para dismantelar os barracos. Ainda, quem fosse morar sozinho, e não conseguisse família emprestada, tinha como tática colocar pelos menos móveis para evitar a demolição. Desde a década de 1950, o governo federal e a prefeitura tentavam estorvar que os barracos de madeira se tornassem de alvenaria, visando com isso impedir que a ocupação ilegal pudesse instalar-se mais solidamente. Caso houvesse infração a esta resolução, a polícia sentia-se no direito de destruir a nova vivenda. Alguns, para escapar à repressão, edificaram cômodos com paredes de tijolos sob a de tábuas. Apesar das proibições e derrubadas, as casas de alvenaria gradativamente impuseram-se. Tudo isso denota: primeiro, princípios de tolerância oficial à existência de barracos em propriedade de outrem na área da Rocinha; segundo, os sem teto elaboraram artimanhas para construir um couito e, quem lá sabe um dia, ter a possibilidade de transformá-lo em lar. Mas, não tardou a virem, a partir da década de 1960, os planos municipais de remoção coletiva, sendo os favelados instalados próximo à Estrada da Gávea os que mais se sentiram ameaçados por tal possibilidade.

A Rocinha, pelo menos, até a primeira metade da década de 1950, ainda sendo rarefeitamente ocupada, possuía entre os barracos grandes áreas preenchidas por vegetação. Como dizem alguns de seus antigos moradores, lá só havia “mato”. Devido à origem rural de grande parte de seus habitantes, adotou-se o hábito de criar pequenos animais, como cabritos, até mesmo alguns de grande porte, como bois. Ademais, plantavam-se algumas fruteiras ao longo das encostas tais como jaqueiras, bananeiras, laranjeiras, mamoeiros que forneciam frutas aos donos ou aos vizinhos. Dessa maneira, esta população arrumava alguma forma de melhorar a qualidade de sua alimentação, diminuindo a sua vulnerabilidade social.

Como a terra na favela era, na verdade, propriedade legal de ninguém que lá estava, disputava-se, palmo a palmo, qualquer nesga de chão humanamente desocupado. Isso ocorre com mais intensidade desde fins da década de 1960 com o advento cada vez mais crescente de recém-chegados, inclusive, do Nordeste. Com o avolumar de novos ocupantes, qualquer quintal, onde, às vezes, um mais antigo morador havia posto galinhas a ciscar, uma pocilga de porcos a chafurdar a lama, alguns cabritos a devorar as sebes ou, quiçá, um varal mais extenso para secar roupas, encontrava-se potencialmente ameaçado. Quando esse terreno era invadido para a edificação de mais um barraco e o seu dono não se arriscava utilizar a própria força bruta em defesa desse, recorria-se ao poder de polícia do Município que lá vinha tentar conciliar as partes. Mas, na maioria das vezes, parece que se aceitava as perdas de forma mais tácita e consensual.

Muitas vezes, em vez de tomar uma posse de uma área para construir a sua vivenda, chegou-se na Rocinha, pagando locação. Fenômeno esse que com o tempo espalhou-se: cada vez mais, muitos viviam de aluguel, cada dia mais caro, pelo fato de ser uma favela dentro da zona sul.

Aqueles que moram ilegalmente estão sempre, de certo modo, ameaçados, mesmo quando comumente são tantos. O poder, numa sociedade capitalista, não está, em geral, ao seu lado, não são seus agentes, mas seus pacientes. A lei lhes é contra e toda reivindicação satisfeita é uma concessão realizada por aqueles que ditam as normas. O mundo

do poder para o favelado regeu-se pelas assimetrias das relações sócio-políticas, nas quais ele estava, em regra, em desvantagem. Porém, paradoxalmente, constatamos que, apesar de viverem à margem da legalidade quanto ao direito de propriedade, os favelados reconheciam a si o direito de possuir o que de fato utilizavam, um verdadeiro *utis et possidetis*, recorrendo ao Estado – uma instituição, muitas vezes, controladora, opressora e ameaçadora -, ao nível de seu poder Executivo e através de seus agentes responsáveis pela manutenção da ordem, para, no uso do bom senso consuetudinário, dirimir suas contendas.

Desde fins do século XIX, ser favelado era ser visto como um morador de um barraco de tábuas, coberto com telha de papelão pichado, ou, pelo menos já por volta da década de 1970, de casa ou puxado de alvenaria indefinidamente inacabada, exibindo impudentemente suas entranhas de tijolos, regurgitando, às vezes, uma touceira de canos d'água salientes. Era viver entre a precariedade dos objetos, no incompleto da beleza, fazendo freqüentemente, das sucatas que sobram da vida no asfalto, pelo menos o arremedo de um lar.

A Rocinha, ao longo da história, vivenciou uma realidade que ameaçava qualquer índice de desenvolvimento humano da ONU. Ora carecia água, ora faltava luz; conviviam-se com as valas negras, com a falta de coleta pública de lixo ou de qualquer padrão mínimo de limpeza urbana, encontrando-se as ruas, já no início da década de 1980, enlameadas com amontoados de dejetos, onde cães, gatos e ratos fuçavam. Disso tudo resultava não apenas respirar um odor não muito agradável e saudável, mas também ter que andar sempre olhando para o chão, evitando valas, buracos e sujeiras.

Já no início deste mesmo decênio, viver na Rocinha era, para muitos, ser um homem “sem endereço”, uma vez que achar uma morada, podia levar, às vezes, até duas horas, caso se conseguisse. Por ser a Rocinha um labirinto de ruas e becos tortuosamente entrelaçados, com moradas com numeração não logicamente organizada ou mesmo sem, tem-se que se localizar não só a microlocalidade dentro da favela, por exemplo, Cachopa, Rua 1 ou outra, mas também o beco. Para isso, há que subir escadas, pular buracos, poças de lama, águas pútridas e tentar descobrir a entrada da habitação. Isso dificultava o exercício da cidadania do habitante da Rocinha, pois aquele que não possuía um endereço localizável, teria dificuldades em receber correspondências e contas a pagar pelo correio ou pedir crédito em lojas. Não “ter endereço” era não poder exercer atos simples da vida econômica, era portar sobre si uma identidade negativa que potencializava as dificuldades para superar a sua vulnerabilidade social.

Nós, “os do asfalto”, vivenciamos, de longa data, a apreensão que os favelados desçam e invadam a urbe. Nos morros cariocas, desde pelo menos 1900, vivem vagabundos, ratoneiros e outros tipos de infratores. Licia Valladares atesta que, após a década de 1960, as classes hegemônicas não mais qualificavam os favelados como “classes perigosas”.<sup>6</sup> Contudo, contradizendo esta opinião, já na década de 1970, a Rocinha era apresentada pela grande imprensa como um “reduto de delinquentes e pivetes”.<sup>7</sup> Este preconceito em nada favoreceu os habitantes desta localidade a superar o processo de vulnerabilidade social em que viviam.

O *Varal de Lembranças*, no início da década de 1980, denotava que a comunidade da Rocinha estava consciente de que uma parte da cidade sentia-se ameaçada pela favela.<sup>8</sup> Isso vem continuamente gerando, por parte das classes hegemônicas, políticas de controle, de moralização, de tutela e, mais freqüentemente, de repressão sobre este segmento da população carioca. Entretanto, os moradores do morro, defendendo-se desse tipo de política, constantemente recordavam a todos estranhos à comunidade que, na favela, não havia só marginais, promiscuidade ou narcotráfico. Lá, a maioria constituía-se de pobres, mas eram trabalhadores “honrados” e com famílias em sua maior parte bem constituídas. Todavia, presentemente, a circunstância é mais complexa: àqueles se aditam os narcotraficantes. Contudo, grande parte dessa patologia social atribuída apenas à favela, era gerada por toda rede social que forma a cidade. Se a favela, mais recentemente, tem abrigado o narcotráfico, é no “asfalto” que tem morado a maioria de seus consumidores.

A insegurança não era uma prerrogativa dos moradores “do asfalto”. Na Rocinha, possuía-se a consciência que, residir lá, significava ter, de repente, a sua casa invadida por policiais ou ser por esses capturado como um transgressor, mesmo sem “ter culpa no cartório”. Estes episódios denotavam um desrespeito aos ideais de cidadania, pois para os favelados, na prática, não valiam as mesmas leis que organizavam a vida social da classe média carioca. Na Rocinha, a violência policial contra a população local gradativamente aumentou ao longo do terceiro quartel do século XX e na década de 1980, era percebida como muito maior do que nos dois decênios anteriores. Antes desse período, os moradores sentiam-se mais protegidos com um policiamento mais constante, encontrando-se a violência policial mais no recôndito das delegacias, sendo dificilmente publicizada na rua como nos inícios dos anos 80. Neste novo tempo, muitos dos moradores tinham “mais medo da polícia do que do vagabundo”.<sup>9</sup>

Muitos moradores da Rocinha conviveram com criminosos, sem poder nada fazer, caso contrário, ficavam sem casa e, às vezes, sem a sua vida ou a de algum ente querido. Outros presenciaram inocentes adultos e até crianças serem abatidos por bala perdida em diligências policiais. Alguns, embrutecendo-se com tanta violência, resolveram também assumi-la como prática.

Reverter o estigma negativo que recai sobre a sua identidade é uma atitude constante nas pessoas que se faz presente nas conversas, nos escritos e nas músicas.<sup>10</sup> Muitas vezes, evitava-se reforçar o preconceito que pairava sobre todos, omitindo-se para os visitantes advindos do asfalto informações sobre os lados negativos da comunidade não visíveis à primeira vista. Se esta prática do silêncio já era testemunhada no início da década de 1980 por Lygia Segala<sup>11</sup>, nós a re-encontramos em 2002. Um amigo meu, residente na Rocinha, custou a me dizer o motivo do cuidado que possuía em sempre me acompanhar até a uma das saídas da favela, justamente por que passávamos por regiões de venda de drogas aos viciados vindos de fora da localidade.

A luta contra a estigmatização dos moradores da Rocinha foi uma constante nas ações da sociedade civil na localidade, achando-se presente, por exemplo, no trabalho comunitário realizado pelos leigos e padres da Igreja Católica na transição da década de 1970 para a de 1980.

A existência de redes de solidariedade formadas por vínculos familiares, de compadrio, de vizinhança ou de amizade foi muito valiosa para os favelados em condições precarizadas de trabalho. No Brasil, o Estado-Providência ainda não atingira um grau de solidez que gerasse políticas públicas que protegessem de forma cabal o habitante da Rocinha da possibilidade de cair no infortúnio de desvinculação social, daí a relevância da solidez dessas redes entre as populações mais pobres.

A extensão da prole era, dependendo de suas faixas etárias, um fator de aumento ou de diminuição do risco de vulnerabilização dos membros de uma família. Nas décadas de 1940 e 1950, em que os métodos anticoncepcionais químicos, a prole extensa tornava-se uma fatalidade para o casal ainda jovem, pois trazia maiores sacrifícios para manter a família fora da zona de risco do processo de vulnerabilização social. No entanto, atingindo os filhos a idade adulta, tornavam-se trabalhadores, importantes agregadores de renda para a unidade familiar, sendo esta solidariedade filial significativa no amparo dos pais na velhice.

Desde as origens da favela da Rocinha, em fins da década de 1920, as redes de solidariedade formadas por conterrâneos, parentes e amigos já residentes na cidade foram importantes fios condutores para a emigração de proletários rurais para os centros urbanos, assim como importante amparo para os recém-chegados não caírem em uma situação de desvinculação social na área urbana. Muitos, ao se estabelecerem na favela, fizeram-no primeiro, temporariamente, em casa de alguém, já que não possuíam dinheiro acumulado nem para erguer um barraco. Essas redes, muitas vezes, fortificadas até com o estabelecimento de laços de compadrio, também auxiliaram os indivíduos na

busca de ascensão social, seja arrumando um novo emprego ou emprestando algum capital inicial para que eles iniciassem uma nova atividade como autônomo.

As organizações associativas, tais como as igrejas, exerceram, através da formação de redes de solidariedade, o papel de vetor de integração social, fazendo com que seus fiéis se sentissem irmanados a uma comunidade amparadora, portanto, amenizadora das ameaças de vulnerabilidade social. Este auxílio eclesial foi possível através da constituição de redes intrafavela ou daquelas que permitiram o fluxo de auxílios extramuros advindos do âmbito urbano, nacional ou mesmo internacional. Vários relatos exemplificam aspectos desta solidariedade eclesial no amparo aos mais pobres. Dona Alda e seu marido José, por exemplo, por volta de 1942, ao chegarem do interior do Estado do Rio de Janeiro, foram residir em casa de amigos no bairro do Leme. Como a vivenda era pequena, Dona Alda utilizava a casa durante o dia, cozinhando para todos, e dormiu, durante três meses, em cômodo anexo a uma igreja pentecostal neste mesmo bairro.

Os favelados também procuraram suavizar sua situação de vulnerabilidade social, buscando relações de amizade e compadrio com pessoas externas à comunidade e pertencentes a classes mais elevadas, que lhes pudessem abrir caminhos a bens e serviços de difícil acesso. Isso explica, em parte, na transição da década de 1970 para a de 1980, a importância dada por alguns favelados aos vínculos de amizade com os elementos não-residentes na Rocinha, partícipes do trabalho comunitário realizado pela Igreja Católica na Rocinha. Ademais, muitos elementos da comunidade concebiam as “pessoas de fora” como “mais esclarecidas” e até mais bem “formadas”, atribuindo-lhes freqüentemente a condução de determinadas atividades dentro da comunidade, já que as viam como mais dinamizadoras das atividades no local, as quais se interrompiam quando elas se ausentavam. Neste momento, essa importância imputada aos “de fora” incitava em alguns moradores uma tendência de controlar e monopolizar as relações desses amigos externos com os “de dentro”, procurando obter prestígio na manutenção de uma intermediação constante.

A população da Rocinha, como a de outras favelas cariocas, contou para enfrentar as ameaças de desvinculação social com o esforço de seus trabalhos precarizados e com as redes de solidariedade social que engendraram. Esses restaram como os principais e, às vezes, únicos instrumentos na luta ante a fragilidade das políticas públicas para minorar ou solucionar a situação de pobreza ou mesmo de miséria desses favelados.

---

<sup>1</sup> Subjacente a esta análise está a conceituação de integração, vulnerabilidade e desvinculação sociais desenvolvidos por CASTEL, Robert. *As Metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*, Petrópolis: Vozes, 1998, ampliados por ESCOREL, Sarah, *Vivendo de teimosos. Moradores de Rua da Cidade do Rio de Janeiro*. In: BURSZTYN, Marcel (org.). *No Meio da Rua. Nômades, Excluídos e Viradores*. Rio de Janeiro: Garamond. 2000, p. 139-171,

<sup>2</sup> *Movimento*, 24/01/1977 e *O Globo*, 23/10/1976 apud SEGALA, Lygia. *O Riscado do Balão Japonês: Trabalho Comunitário na Rocinha (1977-1982)*. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1991. 2 vs. (Dissertação, Mestrado em Antropologia Social), vol. 1, p.5.

<sup>3</sup> *Varal*, 1983:39.

<sup>4</sup> Cf. BOTELHO, Alda Dias. Entrevista. Rio de Janeiro (Favela da Rocinha): 6/10/2001.

<sup>5</sup> Cf. *VARAL de Lembranças: história e causas da Rocinha/ União Pró-Melhoramentos dos Moradores da Rocinha*. Rio de Janeiro: A união tempo e presença Edições, 1983, p. 37.

<sup>6</sup> Cf. VALLADARES, Licia do Prado. “Cem anos pensando a pobreza (urbana) no Brasil. In: BOSCHI, R.R. (org.). *Corporativismo e Desigualdade: a construção do espaço público no Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ/Rio Fundo Ed., 1991, p. 98-9.

<sup>7</sup> *O Globo*, 02/09/1975 apud Segala, 1991:6.

<sup>8</sup> *Varal*, 1983:4.

<sup>9</sup> Cf. *Varal*, 1983: 39.

<sup>10</sup> *Varal*, 1983:4.

<sup>11</sup> Cf. Segala, 1991:44.